

NEWTON SILVEIRA

Formado em Direito pela Universidade de São Paulo. Mestre em Direito Civil e Doutor em Direito Comercial pela mesma universidade, onde também ministra aulas de Direito Comercial na graduação e de Propriedade Intelectual na pós-graduação.

---

# PROPRIEDADE INTELECTUAL

---

PROPRIEDADE INDUSTRIAL  
DIREITO DE AUTOR  
SOFTWARE  
CULTIVARES



*Decálogo*

LIVRARIA E EDITORA

decalogo@mandamentos.com.br

(31) 3226 7717-3274 2559

Rua Espírito Santo, 1.025-Loja-H - BH - MG

Temos um advogado junto ao Pai, Jesus Cristo, o justo. (1 Jo 2:1)

# SUMÁRIO

<i>Apresentação</i> .....	XI
---------------------------	----

## I – NOÇÕES GERAIS

1. O homem e o instrumento .....	1
2. O sentimento estético .....	2
3. Criação intelectual no campo da técnica e no campo da estética .....	3

## II – TUTELA DAS CRIAÇÕES INDUSTRIAIS

1. Invenções industriais .....	5
2. Criações de forma: o modelo de utilidade e os desenhos industriais .....	6

## III – COMPARAÇÃO ENTRE A PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OS DIREITOS AUTORAIS

1. Novidade e originalidade .....	9
2. Do ponto de vista do empresário .....	10

## IV – DIREITOS SOBRE BENS IMATERIAIS

1. Propriedade imaterial .....	12
2. Direito de autor. Fundamento .....	13
3. O inventor técnico e o inventor artista. Proteção à criação intelectual .....	14
4. Sinais identificadores .....	14
4.1. Marca .....	15
4.2. Nome empresarial .....	16
4.3. Conflitos entre marca e nome empresarial .....	16

4.4. Marcas não registradas e concorrência desleal .....	17
5. Proteção internacional .....	17

## V – MARCAS E OUTROS SINAIS DISTINTIVOS

1. Identificação do empresário .....	19
2. Marcas de indústria e/ou comércio e de serviços .....	20
3. A marca registrada .....	23
4. Marcas de fato .....	26
5. Comparação entre a marca registrada e a marca de fato ..	28
6. O artigo 6 <i>bis</i> da Convenção de Paris .....	30

## VI – A LEI DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL

1. As causas da querela .....	33
2. Principais alterações da nova lei de propriedade industrial .....	34
2.1. Patentes .....	34
O titular – autor/cessionário/criação de empregados ...	34
Da matéria patenteável – invenções e modelos de utilidade e certificados de adição .....	35
Os requisitos de patenteabilidade – a novidade .....	36
Prioridade nacional e estrangeira .....	36
Procedimento de obtenção da patente .....	37
Direitos decorrentes da patente – ações civis e criminais .....	37
Nulidade da patente e outros meios de defesa .....	38
Licenças voluntárias e compulsórias .....	39
Exaustão de direitos e importação paralela .....	40
Anuidades e extinção .....	40
Patentes para biotecnologia .....	41
Patentes químicas, farmacêuticas e alimentícias – o <i>pipeline</i> .....	41
2.2. Marcas .....	43
O titular – legitimação para requerer o registro .....	43
Marcas registráveis .....	43
Marcas solicitadas de má-fé – marcas de alto renome e notoriamente conhecidas – uso anterior .....	44
Procedimento de obtenção do registro .....	44
Direitos decorrentes do registro – ações civis e criminais ..	45

Nulidade do registro e outros meios de defesa .....	46
Licença de uso .....	47
Prorrogação e extinção .....	47
Marca de certificação .....	47
Marca coletiva.....	48
Indicações geográficas .....	48
2.3. Desenhos industriais .....	49
O titular – autor/cessionário/criação de empregados .....	49
Dos desenhos registráveis .....	49
Os requisitos de registrabilidade – a novidade e a originalidade .....	50
Procedimento de obtenção do registro.....	50
Direitos decorrentes do registro – ações civis e criminais .....	51
Nulidade do registro e outros meios de defesa .....	51
Exaustão de direitos e importação paralela .....	52
Prorrogação e extinção.....	52
2.4. Concorrência desleal .....	52

## VII – LEI DE DIREITOS AUTORAIS – N. 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

1. Considerações gerais .....	53
2. Principais alterações da lei .....	55
2.1. Disposições preliminares .....	55
2.2. Obras protegidas .....	55
2.3. Da autoria .....	57
2.4. Do registro .....	57
2.5. Direitos morais .....	57
2.6. Direitos patrimoniais .....	58
2.7. Duração .....	59
2.8. Limitações .....	59
2.9. Transferência .....	60
2.10. A edição .....	60
2.11. Execução pública .....	61
2.12. Da utilização de obra de arte plástica .....	61
2.13. Obra audiovisual .....	62
2.14. Base de dados .....	62

2.15. Obra coletiva .....	62
2.16. Direitos conexos .....	63
2.17. Produtor fonográfico .....	63
2.18. Duração dos direitos conexos .....	64
2.19. Associações de titulares .....	64
2.20. Sanções .....	64

### **VIII – A LEI DO SOFTWARE – N. 9.609, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998**

1. Considerações gerais .....	66
2. Principais alterações da lei .....	66
2.1. Disposições preliminares .....	66
2.2. Da proteção aos direitos de autor .....	67
2.3. Do registro .....	67
2.4. Das isenções .....	68
2.5. Das garantias aos usuários .....	69
2.6. Dos contratos relativos a programas de computador .....	70
2.7. Das sanções penais e civis .....	71

### **IX – A LEI DE CULTIVARES – N. 9.456, DE 25 DE ABRIL DE 1997**

1. Considerações gerais .....	72
2. Do sujeito de direito .....	73
3. Do objeto do direito .....	75
4. Do procedimento administrativo .....	76
5. Do cancelamento e da nulidade .....	77
6. Limitações ao direito de exclusividade .....	78
7. Da licença compulsória e do uso público restrito .....	78
8. Infrações .....	78

<b>X – O QUE É A PROPRIEDADE INTELECTUAL? .....</b>	<b>80</b>
---	-----------

<b>XI – O SISTEMA DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL BRASILEIRO .....</b>	<b>87</b>
--	-----------

<b>XII – TRANSGÊNICOS .....</b>	<b>95</b>
---------------------------------	-----------

## ADENDO LEGISLATIVO

<b>Decreto n. 75.699, de 06 de maio de 1975</b> – Promulga a Convenção de Berna para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas, de 09 de setembro de 1886, revista em Paris, a 24 de julho de 1971 .....	99
<b>Decreto n. 1.263, de 10 de outubro de 1994</b> – Ratifica a declaração de adesão aos arts. 1º a 12 e ao art. 28, alínea 1, do texto da revisão de Estocolmo da Convenção de Paris para Proteção da Propriedade Industrial .....	132
<b>Decreto n. 1.355, de 30 de dezembro de 1994</b> – Promulga a Ata Final que incorpora os Resultados da Rodada Uruguaí de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT .....	159
<b>Lei n. 9.279, de 14 de maio de 1996</b> – Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial .....	196
<b>Lei n. 9.456, de 25 de abril de 1997</b> – Institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências .....	245
<b>Decreto n. 2.366, de 05 de novembro de 1997</b> – Regulamenta a Lei n. 9.456, de 25 de abril de 1997, que institui a Proteção de Cultivares, dispõe sobre o Serviço Nacional de Proteção de Cultivares – SNPC, e dá outras providências .....	262
<b>Lei n. 9.609, de 19 de fevereiro de 1998</b> – Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências ...	277
<b>Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998</b> – Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências .....	283
<b>Ato Normativo n. 142, de 25 de agosto de 1998</b> – Promulga o Código de Conduta Profissional do Agente da Propriedade Industrial .....	306

- Lei n. 10.603, de 17 de dezembro de 2002** – Dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências .. 311
- Lei n. 10.973, de 02 de dezembro de 2004** – Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências ..... 315